JUSTUTOR

Questão Discursiva 02925

José Maria, aprovado em concurso público para o cargo de Auditor Fiscal do Ministério da Fazenda, foi convocado a apresentar toda a sua documentação e os exames médicos necessários até o dia 13 de julho. Após a entrega dos documentos, José Maria foi colocado em treinamento, e, passadas duas semanas, iniciou o exercício de suas atividades funcionais, que consistiam no processamento de pedidos de parcelamento de débitos tributários. Ocorre que, meses depois, a Administração percebeu que José Maria não havia, formalmente, sido nomeado e nem assinado o termo de posse.

Responda, fundamentadamente, aos itens a seguir.

A) Os atos praticados por José Maria podem gerar efeitos em relação a terceiros?

B) A Administração pode exigir de José Maria a devolução dos valores por ele percebidos ao longo do tempo em que não esteve regularmente investido?

Resposta #002583

Por: Luísa 1 de Abril de 2017 às 18:54

A) Os atos praticados por José Maria podem, sim, gerar efeitos em relação a terceiros. A situação trata do que a doutrina chama de "teoria do funcionário de fato": embora José Maria esteja investido na função de forma irregular, exerce tal função com aparência de legalidade perante os administrados e terceiros de boa-fé, de forma que os atos praticados, caso não sejam viciados por outros motivos, devem ser considerados válidos e gerar efeitos normalmente.

B) A Administração não pode exigir de José Maria a devolução dos valores por ele percebidos ao longo do tempo em que não esteve regularmente investido. Isso porque, apesar da irregularidade, José efetivamente prestou serviços à Administração e por eles deve ser remunerado, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração, situação não admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.